



ABEPSS ITINERANTE QUARTA EDIÇÃO

FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

*The fourth edition of ABEPSS Itinerante.
Social Work Foundations: Professional duties and competences*

Gustavo Javier Repetti*

<https://orcid.org/0000-0002-8074-7002>

Virginia Alves Carrara**

<https://orcid.org/0000-0001-9318-0749>

RESUMO

O relatório que aqui apresentamos é parte da documentação e registro da quarta edição do projeto ABEPSS ITINERANTE sob coordenação da ABEPSS durante o biênio 2017-2018, intitulado *Os Fundamentos do Serviço Social: as atribuições e competências profissionais em debate*. O documento situa historicamente o projeto - sua construção e execução -, sua lógica, como continuidade das três edições anteriores, como estratégia político-acadêmica de enfrentamento ao processo de precarização da formação profissional, das condições de trabalho de assistentes sociais e aos ataques constantes às instâncias de organização acadêmico-política. Apresentamos os dados referentes à sua implementação nas 34 oficinas em 22 estados do país e no Distrito Federal, com a participação aproximada de 1300 pessoas entre profissionais e estudantes. Os principais desafios para a formação, o trabalho e a organização política de assistentes sociais no Brasil são apresentados, apontando algumas estratégias para o seu enfrentamento.

PALAVRAS-CHAVE

ABEPSS Itinerante. Formação profissional. Trabalho profissional. Organização política. Diretrizes Curriculares.

ABSTRACT

This report is part of the documentation of the fourth edition of the ABEPSS ITINERANTE project coordinated by ABEPSS during the 2017-2018 period, entitled *Social Work Foundations: Professional Duties and Competences Under Debate*. This document presents the historical context where the project took place, explains the logic of the project in the continuum of the three previous editions. This project is a

* Assistente Social. Doutor em Serviço Social. Professor adjunto IV do Departamento de Fundamentos do Serviço Social, Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Avenida Pedro Calmon, 550, Cidade Universitária, Rio de Janeiro (RJ), CEP.: 21941-901. E-mail: gustavo.essufrj@yahoo.com.br.

** Assistente Social. Pós-Doutora. Professora Associada II da Universidade Federal de Ouro Preto. (UFOP, Ouro Preto, Brasil). rua Professor Paulo Magalhães Gomes, 122, Ouro Preto (MG), CEP.: 35400-000. E-mail: vcarrara@ufop.edu.br.

DOI 10.22422/temporalis.2020v20n40p284-299



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

political and academic strategy to confront the process of precarization of professional training, working conditions of social workers, and to face the attacks against academic and political organizations. This document presents data about the implementation of the project at 34 workshops in 22 states as well as in the Federal District of Brazil. Around 1300 people participated including professionals and students. This document also presents the principal challenges for training, work, and the political organization of social workers in Brazil, and proposes strategies to overcome them.

KEYWORDS

ABEPSS Itinerante. Professional Training. Professional Work. Politic Organization. Curricular Guidelines.

Submetido em: 30/4/2020.

Aceito em: 19/10/2020.

INTRODUÇÃO

Este relatório é parte da documentação e registro da quarta edição do Projeto ABEPSS ITINERANTE: *Os Fundamentos do Serviço Social: as atribuições e competências profissionais em debate*, executado pela Gestão 2017 - 2018: Quem é de luta, resiste! A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS - em articulação com o Conjunto CFESS/CRESS e a ENESSO, ao longo do processo de consolidação do Projeto Ético-Político, vem construindo estratégias de enfrentamento e combate à precarização da formação e do trabalho profissional.

Tornou-se uma exigência precípua esta articulação político-acadêmica, especialmente pelos desafios advindos da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), com fortes traços neoliberais, que ao longo dos anos seguintes significou a consolidação da lógica mercadológica na política de educação através das várias contrarreformas operadas.

A LDB, Lei nº 9.394, aprovada em 1996, foi elaborada no contexto brasileiro pós-ditadura civil-militar-empresarial, numa conjuntura internacional marcada pelo avanço político-econômico neoliberal. A definição da política de educação nacional expressou os projetos de educação em disputa e as diferentes concepções de mundo presentes na sociedade brasileira profundamente marcada pela desigualdade de classe, pelo racismo, pelo heteropatriarcado, que nos leva a perguntar: educar para qual sociedade?

É no bojo dessa dinâmica que as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social (1996) foram elaboradas, a partir do aprofundamento dos avanços do Currículo Mínimo (1982). De acordo com Abreu (2007) a proposta apresentada pela ABEPSS sofreu substantivas alterações em seu processo de aprovação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE)¹. No mesmo sentido, Grave (2013) afirma que as diretrizes construídas pela entidade foram, no seu processo de aprovação, esvaziadas da sua lógica².

¹ Resolução nº 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. O Presidente da Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002 (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2002).

² O projeto original foi comprometido com alterações inclusive sobre “[...] o perfil de bacharel em Serviço Social onde constava ‘profissional comprometido com os princípios e valores norteadores do Código de Ética do Assistente Social’, que foi retirado e substituído por ‘utilização de recursos da informática’ [...]”, entre outros elementos, segundo lamamoto (2012, p. 43, grifos da autora).

Os imperativos do contexto político-econômico neoliberal impõem regressividade aos direitos sociais, avanço da lógica pragmática, privatista e de cumprimento de métricas a fim de atender aos interesses do mercado. O processo de expansão do ensino superior (seja em instituições públicas ou privadas) na modalidade presencial não se materializou com o investimento necessário para a garantia de uma formação profissional de qualidade. Nesse cenário, as modalidades de formação semipresencial e à distância (EAD) - já previstas na neoliberal LDB- gradativamente se consolidaram e expandiram na área de Serviço Social, apesar dos intensos enfrentamentos encampados pela entidade. Nesse contexto, a ABEPSS intensificou a construção de estratégias tendentes à consolidação da implantação das Diretrizes Curriculares de 1996 junto aos cursos de Serviço Social tanto das escolas filiadas à entidade quanto daquelas não filiadas.

Uma das respostas da entidade para acompanhar este processo foi a avaliação³ realizada pela ABEPSS a respeito da implementação das Diretrizes Curriculares quando dos 10 anos de sua aprovação. Com os seus resultados, apontou-se uma série de limites e desafios que demandaram enfrentamento pelas sucessivas gestões da ABEPSS, constituindo o Projeto ABEPSS ITINERANTE uma das estratégias político-pedagógicas construídas⁴.

O objeto desta quarta edição centrou-se nas atribuições e competências profissionais de assistentes sociais captadas na relação entre o trabalho e a formação profissional e analisadas à luz dos fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social.

O documento que aqui apresentamos sistematiza o processo de planejamento e desenvolvimento dessa edição, os seus aspectos gerais, as tendências encontradas nos debates e os principais desafios para a formação, para o trabalho profissional e para organização política de assistentes sociais.

OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS EM DEBATE

O Projeto ABEPSS ITINERANTE constitui uma ação de fortalecimento do conjunto de estratégias em defesa da formação e do trabalho profissional com qualidade que vem sendo construídas na indissociabilidade das lutas coletivas junto ao conjunto CFESS/CRESS e a ENESSO através das comissões de formação dos CRESS's na sua execução. A retomada da discussão das Diretrizes Curriculares, com ênfase nos Fundamentos do Serviço Social, nas atribuições e competências profissionais, vem sendo demandada nos encontros da categoria, no sentido de enfrentar o aligeiramento da formação e o avanço das forças neoconservadoras que atravessam o Serviço Social, reduzindo a formação a um conjunto de repasses de conteúdos e procedimentos de intervenção numa direção tecnicista e meramente funcional aos interesses do mercado. Isto é, um treinamento sustentado em uma concepção de competência reduzida à perspectiva instrumental que se distancia da concepção de competência crítica definida como a capacidade de desvelar as contradições constitutivas da sociedade capitalista que se apresentam ao nosso exercício profissional, apreendidas como *múltiplas expressões da*

³ Cujos resultados foram publicados em: Abepss (2007).

⁴ Para maiores informações a respeito das edições anteriores do projeto Cf. Teixeira, Aquino e Gurgel, (2016) e Abreu (2013).

questão social, e não como problemas sociais fragmentados. Competência crítica supõe a apreensão da indissociabilidade das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Em outros termos, reduzir a concepção de competência apenas à competência instrumental imposta pelo mercado de trabalho, como se *saber fazer* pudesse se autonomizar das dimensões de *por que* e *para que fazer*, fortalecerá intervenções profissionais funcionais à reprodução da ordem vigente.

Na sequência das três edições anteriores, o projeto se propôs a fortalecer a concepção de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social que consubstanciam a lógica das Diretrizes Curriculares da ABEPSS na problematização do trabalho profissional e das requisições institucionais em articulação com a formação, como um dos elementos de sustentação do projeto ético-político; fortalecendo, assim, o projeto de formação profissional do Serviço Social brasileiro.

A proposta abordou os fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social na particularidade da sociedade brasileira frente às atuais transformações societárias; as determinações do trabalho assalariado: o assistente social como trabalhador assalariado; a crise capitalista, metamorfoses no mundo do trabalho e seus desdobramentos nas condições e relações de trabalho e na formação profissional dos assistentes sociais e as atribuições e competências sócio-profissionais e políticas, as demandas profissionais e requisições institucionais e as tendências expressas nas respostas profissionais na contemporaneidade.

A proposta do projeto ABEPSS ITINERANTE recupera e revigora a concepção de Serviço Social que tem como solo a história da sociedade, na compreensão das particularidades da profissão como especialização do trabalho coletivo, que para tanto requer a apreensão das determinações sócio-históricas do seu processo de institucionalização na realidade brasileira, como também “[...] a herança cultural que vem respaldando as explicações efetivadas pelo Serviço Social sobre as relações sociais, suas práticas, suas sistematizações e seus saberes” (ABEPSS, 1996, p. 67). Nesta direção, a elaboração e desenvolvimento do Projeto ABEPSS ITINERANTE em suas quatro edições têm tido a tarefa desafiadora de recolocar sistematicamente na agenda do conjunto da categoria um dos pressupostos mais importantes do Serviço Social

[...] o significado sócio-histórico e ídeo-político do Serviço Social está inscrito no conjunto de práticas sociais que são acionadas pelas classes e mediadas pelo Estado, em face das sequelas da questão social [...] Afirma-se que a particularidade do Serviço Social, como especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão social e técnica do trabalho, está organicamente vinculada às configurações estruturais e conjunturais da questão social e às formas históricas do seu enfrentamento, que são permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado
(ABEPSS/CEDEPESS, 1996, p. 154 apud ALMEIDA et al., 1997, p. 27-28).

O projeto de educação pública, gratuita, laica, socialmente referenciada, presencial e universal está sendo frontalmente atacado pelo *projeto do capital para a educação* (ANDES-SN, 2019). Na área de Serviço Social isso significa a tentativa de destruição da lógica curricular inovadora proposta pelas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social de 1996, que busca superar a fragmentação do processo de ensino e aprendizagem, a indissociabilidade universidade e sociedade, adensar o pensamento

crítico nos processos de investigação/intervenção, enfim, incorporar a razão dialético-materialista imprescindível para a apreensão da realidade social.

O Projeto ABEPSS ITINERANTE⁵ traz “[...] o Serviço Social para o centro e na articulação da formação profissional, como eixo estruturante do currículo e engrenagem que movimenta os conteúdos dos núcleos de fundamentação” (GUERRA, 2018, p. 29). Dessa forma, o projeto se afirma como uma das estratégias político-didático-pedagógicas de fortalecimento do nosso *patrimônio acadêmico-político e sócio-profissional*, diante da hegemonia da racionalidade instrumental.

O processo de planejamento⁶ iniciou-se em agosto de 2017 com reuniões remotas seguidas de uma reunião presencial durante a Oficina Nacional da ABEPSS em novembro de 2017. Na sequência, foi realizada uma oficina preparatória em Nova Almeida (ES), no mês de fevereiro de 2018 objetivando um amplo debate sobre o projeto e a formação das facilitadoras que participaram da execução das oficinas em todo o Brasil, garantindo a tradição de construção coletiva e democrática da entidade. A participação do professor Dr. Mauro Luiz Iasi foi fundamental, contribui com esse processo de formação na perspectiva da educação popular, escolhida como a metodologia a ser desenvolvida nas oficinas regionais nesta edição do projeto⁷.

A 4ª Edição do projeto ABEPSS ITINERANTE⁸ na região **Centro Oeste** ocorreu em distintas datas, durante os meses de junho a setembro do corrente ano, estabelecidas de acordo com a particularidade de cada Estado. Observa-se que os módulos I e II ocorreram em dois blocos no estado de Goiás e no Distrito Federal e de forma concentrada em três dias no estado de Mato Grosso. O total de participantes foi de 86 pessoas.

Na **Regional Leste** as oficinas se desenvolveram no Rio de Janeiro (Capital e Campos dos Goytacazes); Espírito Santo (Vitória, Capital) e Minas Gerais (Belo Horizonte, Juiz de Fora, Montes Claros, Viçosa e Uberaba). Contabilizou-se um total de 258 participantes.

⁵ A proposta do projeto com os objetivos, conteúdos trabalhos nos módulos, e a metodologia, estão disponíveis em: <http://www.abepss.org.br/abepssitinerante4edicao-71>.

⁶ A comissão organizadora Nacional foi composta por membros da Executiva Nacional da Abepss, das diretorias regionais da entidade, uma representação do Conselho Federal de Serviço Social e uma representação do GTP da ABEPSS Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional. Contamos ainda com a fundamental contribuição da professora Dra. Rosângela Batistoni que gentilmente autorizou a edição da palestra por ela proferida, em novembro de 2017, no I Seminário Nacional sobre os Fundamentos do Serviço Social realizado na UFRJ. O vídeo foi utilizado como material didático-pedagógico durante a execução do projeto. É fundamental destacar, ainda, o apoio político e financeiro do Conjunto CFESS/CRESS como também das unidades de formação acadêmica que acolheram a realização das oficinas.

⁷ O projeto foi executado no período de abril a setembro de 2018, se desenvolveu em 22 estados mais o Distrito Federal, e foram realizadas de 34 oficinas com a presença de 1319 participantes aproximadamente. Afirmamos que o número é aproximado devido a diversidade de formas de registro identificadas nos relatórios regionais. Observam-se diferenças entre número de inscritos, de participantes, de concluintes, nem todos os relatórios apresentam essas especificações. Outra questão a ser destacada diz respeito à classificação dos participantes por segmento. A referência a “docentes”, neste relatório, não nega a atividades docente como atribuição privativa de assistentes sociais. Entretanto, ocorreu participação de docentes não assistentes sociais, por isso a categoria docentes inclui assistentes sociais no exercício da docência universitária e docentes não assistentes sociais.

⁸ Uma breve exposição dos dados quantitativos é importante para podermos dimensionar o alcance do projeto em tempos de condições precárias de trabalho que se traduzem em dificuldades para a participação de atividades como essa.

Na região **Nordeste** o total de participantes nas oito oficinas realizadas em seis dos sete estados que a compõem foi de 289, tendo sido realizadas em Maceió (Alagoas) Salvador (Bahia) Fortaleza e Iguatu (Ceará), Patos e Campina Grande (Paraíba), Recife (Pernambuco) e Aracaju (Sergipe).

A região **Norte** realizou seis oficinas distribuídas nas cidades de Belém (Pará), Palmas (Tocantins), Teresina (Piauí), São Luís (Maranhão), Manaus (Amazonas) e Boa Vista (Roraima), contabilizando 324 participantes.

A região **Sul I** realizou oficinas nos três estados que a compõem (Paraná. Santa Catarina e Rio Grande do Sul) com 117 participantes aproximadamente.

Na Região **Sul II** foram realizadas seis oficinas, dentre as quais cinco tiveram lugar no estado de São Paulo e uma em Mato Grosso do Sul, com 245 participantes.

CONTEXTO SÓCIO HISTÓRICO DA REALIZAÇÃO DAS OFICINAS: ASPECTOS GERAIS E REPERCUSSÕES

Os relatórios regionais destacam aquilo que parece uma tendência constante nos eventos da profissão em relação a inscrição e efetiva participação. Observou-se em todas as regionais que esta relação guardou uma proporção de 50%, isto é, em todas as oficinas participou apenas a metade do contingente que tinha realizado inscrição online. Segundo análise dos regionais isto foi um dos elementos que obstaculizou a participação, pois a capacidade total de vagas não foi utilizada.

Os relatórios regionais apontam para a conjuntura nacional do período em que se desenvolveram as oficinas, como mais um elemento a incidir sobre a mobilização e participação dos profissionais e estudantes. A execução da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes no Rio de Janeiro na noite do dia 14 de março significou um marco que impactou a organização política e a agenda dos movimentos de esquerda e do amplo campo do pensamento progressista. O país estava em pleno processo de eleições gerais, com acirramento dos discursos ultraconservadores em meio a utilização das chamadas *fake news*. Em direção contrária, o movimento **#EleNão**, iniciado e liderado pelas mulheres, se posicionava e buscava se contrapor ao avanço da ultradireita. Eventos de variadas naturezas se somaram a este contexto: de caráter político/social como a greve dos caminhoneiros, político/organizativo/acadêmicos como a agenda do mês de maio no Serviço Social, ou de caráter recreativo/comercial como a copa do mundo e foram assinalados como empecilhos no processo de execução das oficinas.

Quanto ao perfil do público participante nas oficinas observa-se a expressiva participação de supervisores de campo e de estudantes de graduação. Destaca-se nos relatórios regionais que a participação de discentes de pós-graduação é quase nula. Quanto à participação docente, observa-se – diferente da terceira edição - a inexpressiva presença docente, seja na condição de supervisores acadêmicos ou não.

Nesta quarta edição do projeto realizou-se um grande esforço para garantir a execução descentralizada das oficinas, e essa dinâmica de interiorização foi positivamente avaliada em todas as regiões.

Na secção que se segue, apresentaremos as principais tendências do debate e os desafios para a formação, para o trabalho profissional e para a organização política da categoria a partir da análise dos seis relatórios regionais.

PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO PROFISSIONAL E PARA A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE ASSISTENTES SOCIAIS

Nas três dimensões analisadas -formação, trabalho e organização política- a crise estrutural do capital, seus desdobramentos nas formas de expressão contemporânea da questão social e as estratégias do capital para o seu enfrentamento adquiriram centralidade. Todas as oficinas destacaram as mudanças no mundo do trabalho caracterizando novas formas de vínculos empregatícios que implicam profundos retrocessos nos direitos laborais historicamente conquistados, onde os trabalhadores assumem novas formas como Pessoa Jurídica (PJ), Microempreendedor Individual (MEI) ou trabalhador voluntário. A terceirização, a precarização do trabalho, os baixos salários⁹, a polivalência, a necessidade de vários vínculos para sobreviver, o caráter gerencialista das políticas sociais e o produtivismo são alguns dos traços presentes no debate que acirram a fragmentação da classe trabalhadora. Essa fragmentação impacta a categoria profissional e se combina com um forte processo de ataque às tradicionais formas de organização política, uma tendência à demonização da política, dos partidos políticos e um ataque frontal à organização sindical. O desmonte do estado de direito e o desfinanciamento das políticas sociais se agravam, sobretudo, nos municípios de pequeno porte – mas não somente - com a interferência da política local no trabalho profissional, o que tem significado um reforço à retrógrada concepção do primeiro damismo, do clientelismo, da lógica do favor, elementos que atravessam a formação sócio histórica brasileira. Expressão dessa fragmentação pode ser identificada com o relato surgido durante os debates a respeito de um revigoramento de defesas de pautas conservadoras e até reacionário-fascistas por parte de uma parcela de profissionais, não hegemônica, que revela, no mínimo, um total desconhecimento dos princípios fundamentais do Código de Ética profissional. Deve-se destacar que se trata de uma tendência geral na sociedade brasileira que se expressa com particularidade no âmbito profissional.

Esse panorama coloca grandes desafios para o exercício profissional sintonizado com os valores e princípios do Projeto Ético Político Profissional. A identificação de atribuições e competências profissionais é atravessada por uma confusa e, às vezes, *mimética* relação entre política social e profissão. Este dilema compareceu nos debates de todas as oficinas e se desdobrou nas seguintes questões. Em primeiro lugar, parcela de assistentes sociais afirma haver pouco conhecimento das atribuições e competências profissionais por parte dos contratantes dos serviços de assistentes sociais e por parte dos outros profissionais das equipes. Informam que esta falta de conhecimento se traduz em “requisições tradicionais, conservadoras”, como: aconselhamento, adequação de comportamento, técnicas de Serviço Social de Caso, atividades de recreação, ajustamento social, tratamento com base na remoção dos fatores psicossociais, etc.

Identificamos, aqui, a necessidade de distinguir o que é uma atribuição privativa, o que é

⁹ Enfatizou-se a invasão dos espaços de trabalho no espaço do tempo livre dos trabalhadores, especialmente com o uso dos recursos tecnológicos comunicacionais. Destacou-se aqui a pertinência do debate salarial para a categoria profissional.

uma competência profissional e o que é uma requisição institucional¹⁰. Parece ter invadido o discurso profissional a afirmação de que as instituições colocam à profissão “demandas conservadoras”. Evidentemente, uma análise aprofundada a respeito da natureza e significado do pensamento conservador e seu papel na constituição da ciência e das profissões modernas supera as possibilidades do presente relatório. Entretanto, vale lembrar que as profissões modernas emergem como parte do processo de reconfiguração da intervenção do Estado visando a *conservação* da ordem social. Dessa forma, a funcionalidade das instituições burguesas se desenvolve na manutenção do *status quo*, na defesa dos interesses do capital. Outrossim, é preciso (re) afirmar que não são as instituições burguesas as instâncias definidoras daquilo que são nossas atribuições privativas e competências profissionais. Se são elas que nos contratam, e o fazem desde as suas demandas, aquelas [as atribuições privativas], são definidas a partir da concepção de profissão sustentada em uma concepção de mundo que orienta a organização coletiva do Serviço Social brasileiro. Isto é, as instituições irão requerer de assistentes sociais os mais variados trabalhos quase sempre tendentes a manutenção da ordem social. É responsabilidade do coletivo profissional criar respostas profissionais coerentes com a concepção de profissão que nos orienta. Por isso, afirmações como “perspectivas conservadores, mesmo não tendo hegemonia, ainda perpassam a profissão”, como afirmado nos debates, devem ser problematizadas, pois, devemos perguntarmos: é possível eliminar o pensamento conservador do debate profissional, sem superar a ordem burguesa?

Nos debates, apresentou-se a necessidade de se conhecer as atribuições dos outros profissionais, alegação surgida sob a justificativa de “ir ao enfrentamento quando são colocadas as demandas que são de outros profissionais”. Entendemos que essa assertiva parte do pressuposto de que o conhecimento das atribuições e competências de outras profissões nos capacitaria para a construção de estratégias de enfrentamento aos desafios cotidianos postos ao nosso trabalho. É, todavia, a compreensão do lugar da nossa profissão na divisão sócio técnica do trabalho, das suas particularidades como especialização do trabalho coletivo que nos permitirá identificar nossas atribuições competentes. É este resgate que nos possibilita formação e trabalho com competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, requisitos fundamentais que nos permitem defrontar com capacitação crítico-analítica, situações como as elencadas. Destaca-se, ainda, no âmbito desta reflexão a menção ao fato da profissão ser secundarizada por outras profissões fato interpretado por alguns profissionais como “preconceito”¹¹.

A temática sobre a desregulamentação das profissões foi explicitada nos trabalhos desenvolvidos nas oficinas. Com a flexibilização das relações trabalhistas a profissão de Serviço Social vem sendo impactada seja na desregulamentação, seja na desespecialização, expressando as diferentes formas de precarização do exercício profissional (GUERRA, 2010). Consideramos um desafio central a ser enfrentado, especialmente quando temos nas políticas públicas os cargos com *função genérica e inespecífica*, a exemplo do Técnico de Referência presente nos Centros de Atenção

¹⁰ Os participantes receberam com antecedência as referências bibliográficas, de leitura obrigatória para o aproveitamento dos debates. No aspecto aqui apontado foi sugerida a leitura de Guerra (2016).

¹¹ Para um aprofundamento a respeito do debate sobre o lugar subsidiário [o que não significa secundarizado] da profissão na divisão sócio-técnica do trabalho Cf. Iamamoto e Carvalho 1982.

Psicossocial (CAPS), gerando “[...] a subordinação do trabalho do assistente social, ao mesmo tempo que as particularidades de cada profissão são subsumidas a esta função genérica onde todos fazem de tudo” (SILVA-TOMAZ, 2019, p. 50). Aspecto fundamental a ser considerado é a condição de assalariamento, pois no contexto de agudização da precarização das condições empregatícias intensifica-se a tensão entre o que é demandado a Assistentes Sociais e o que estes têm como atribuições e competências profissionais.

Evidenciou-se, nas discussões travadas ao longo das oficinas, questionamentos quanto ao que se designou como “*dilemas éticos decorrentes da definição de atribuições e competências profissionais*”, uma vez que os valores expressos e defendidos pelo PEP estão na contramão da moralidade burguesa. Esses dilemas foram apresentados nos debates como obstáculos para a “*aplicabilidade*” do código de ética diante das exigências institucionais. Essa afirmação levanta duas questões distintas, mas indissociáveis. Em primeiro lugar, faz-se menção às distinções entre atribuições e competências profissionais, mas sem adentrar no significado dessa diferenciação. Em segundo lugar, a pretensão de *aplicabilidade é estranha* ao entendimento dos valores e da ética profissional “[...] como instrumento que possui uma dimensão jurídico-normativa, mas que pulsa, tem vida e é atual quando compreendemos que as normas, os direitos e os deveres nele inscritos são inspirados em uma concepção ética cujo fundamento é a ontologia do ser social” (BARROCO; TERRA; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012, p. 21). Os princípios e os valores éticos presentes no Código de Ética nos “[...] exige reflexão e atitude críticas cotidianas sobre nosso agir pessoal e profissional à luz da liberdade, da democracia, da justiça social, da equidade, e da emancipação humana tecendo um campo de possibilidades que afirma e supera os direitos e deveres nele presentes” (BARROCO; TERRA; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012, p.22).

As dificuldades na apreensão das atribuições e competências podem ser também verificadas na já citada identificação entre profissão e política social. Compareceram nos debates declarações de que o desmonte do trabalho do assistente social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tem ocorrido devido às *gestões esperarem um trabalho técnico sem críticas*, e ainda que no *sistema capitalista política social não é para funcionar*. Afirmações como estas nos levam a perguntar: qual a natureza e função da profissão? Qual a natureza e função da política social? Compreender os fundamentos da política social é uma das exigências teórico-metodológicas requeridas a assistentes sociais, a fim de que se entenda a sua constituição e desenvolvimento na sociedade burguesa, a partir do capitalismo monopolista de Estado, como um dos enfrentamentos à questão social, objeto de intervenção e investigação profissional. A política social é comandada por uma determinação político-econômica que a faz ser tal como é, independente da vontade profissional. Ao que parece, essa questão é adjudicada a “*problemas diversos nas gestões públicas, que ainda são eminentemente políticas e não técnicas*” o que explicaria o fato, segundo essa análise, das políticas sociais não avançarem “*nem mesmo no que propõem as legislações em termos de uma gestão democrática. As políticas sociais avançam nas suas legislações, porém os gestores não acompanham essas inovações e modernizações*”. Além de atribuir responsabilidade a uma certa vontade política ou capacidade de gestão, desconhecendo a natureza e função social da política social no capitalismo contemporâneo, aparece uma falsa cisão entre técnica e política que reproduz a fragmentação típica das profissões modernas, funcional à reprodução da ordem social na

perspectiva apologética, segundo a análise luckacsiana (LUKÁCS, 1992). Nessa mesma linha de análise, alguns participantes indicaram falências nas condições éticas e técnicas para o desenvolvimento do trabalho profissional, recursos humanos insuficientes, lugar físico inadequado para material sigiloso, falta de tempo disponível para planejamento do trabalho e para atualização/estudo. Estas características, se descoladas da configuração contemporânea da intervenção do Estado perante a questão social podem aparecer, como “queixas”. Pode-se identificar, nos relatórios depoimentos de frustrações e adoecimento de profissionais atrelados ao fato de que estes não têm tempo para a reflexão e muitas vezes acabam cumprindo tarefas administrativas que não requerem formação especializada. Por isso, afirmamos a necessidade de aprofundar o debate acerca da natureza e função social da profissão na contemporaneidade, e da natureza e função social da política social como possibilidade de mediação do trabalho profissional. Aprender essa concepção é indispensável para superar qualquer perspectiva fatalista ou messiânica, como muito bem analisado por Yamamoto (1994).

A competência crítica para desvelar a realidade social e pensar formas de intervenção é condição não apenas para a garantia de uma intervenção profissional qualificada, como também, porque nos é exigido em nossa relação com os usuários “[...] garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas [...]” (BARROCO; TERRA; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012, p. 172), “[...] democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional [...]” ((BARROCO; TERRA; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012, p. 174). Neste sentido, devemos ter competência linguística, isto é capacidade de adequar a nossa modalidade linguística ao contexto a fim de explicar, de construir a análise e as respostas junto com a população usuária dos serviços, já que outro aspecto apresentado nos debates foi a forma como a mídia constrói e utiliza a difusão de ideologias mistificadoras, manipulatórias sobre as interpretações das *múltiplas expressões da questão social*. As desigualdades de classe, raça, gênero e sexualidade e as lutas e resistências da população são publicizadas criminalizando as estratégias coletivas para o seu enfrentamento, criminalizando os movimentos sociais, instalando falácias a respeito da redução da maioria penal, mentirosas previsões sobre reincidência nas medidas socioeducativas, dentre outras inverdades que atendem aos interesses dominantes. Enfim, a hipertrofia do uso das redes sociais aparece como um entrave na formação da consciência política da população, dos usuários dos serviços sociais.

Observa-se, nas estratégias e respostas do Estado frente à precarização das condições de trabalho e de vida, e da agudização das *múltiplas expressões da questão social*, um profundo processo de militarização da vida social onde se evidencia, mais uma vez, um padrão de intervenção social que identifica questão social como caso de polícia.

Outro desafio encontrado por assistentes sociais nos diversos espaços de trabalho – segundo apontado - é conseguir desenvolver pesquisa. Os registros de algumas oficinas indicaram que as considerações e debates sobre a sistematização da intervenção profissional foram inexpressivos, assim como as referências à dimensão investigativa e à pesquisa como competência profissional, chamando a atenção para o caráter policial dos processos de investigação quando estes são desenvolvidos. É fundamental destacar que a pesquisa, na perspectiva do projeto ético político, remete a um componente constitutivo da formação e do trabalho profissional. Essa concepção nos alerta para a

superação do equívoco de alocar a pesquisa no âmbito da formação profissional, e dentro dela, na Pós-graduação. Entendemos que a competência crítica, na perspectiva assinalada em parágrafos anteriores, exige o exercício da pesquisa no desenvolvimento do trabalho profissional. Evidentemente, a pesquisa adquire particularidades em cada um desses âmbitos, o que não supõe hierarquias, senão exigências diferenciadas de acordo com as demandas postas à profissão tanto na formação quanto no trabalho profissional.

A partir da concepção de indissociabilidade entre as dimensões do trabalho profissional, da formação e da organização política de assistentes sociais observamos que o cenário até aqui traçado impõe desafios para a formação profissional já que ela passa por um processo de precarização e desfinanciamento que não apenas é funcional à transferência de orçamento público para o grande empresariado educacional transnacional, mas também é funcional à formação de um perfil profissional alinhado com esses interesses, que cada vez mais se distancia da proposta das nossas diretrizes curriculares.

Dessa forma, a precarização e os ataques frontais ao trabalho docente no ensino superior refletem na qualidade do ensino superior que cada vez mais se orienta para uma formação destinada exclusivamente às exigências do mercado de trabalho. Nesse sentido, parece que a identificação política social/profissão se fortalece nessa perspectiva de formação que parece mais um treinamento tecnicista que uma formação intelectual crítica. A partir dos debates, observou-se que se opera um processo de apropriação de termos e conceitos das políticas sociais pela profissão. Assim, há uma tendência a perder de vista o lugar da política social como mediação importante para o exercício profissional, mas que não elucida, totalmente, a natureza e função social da profissão¹².

Sem sombra de dúvidas, o ensino à distância (única modalidade de ensino em alguns municípios) constitui uma das maiores ameaças à formação profissional de qualidade, contribuindo com a redução do custo com o trabalho docente. Os ataques à resolução CFESS 533/2008, um instrumento legal de enfrentamento ao desmonte do projeto de profissão em curso, foram apontados como sério desafio a ser enfrentado. O estágio supervisionado ocupou e ocupa um lugar privilegiado como espaço de defesa de um projeto de formação profissional socialmente referenciado. Durante as oficinas, supervisores de campo relataram que os discentes provenientes das escolas EAD têm profundo desconhecimento das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. Afirmou-se que as “novas metodologias” postas para o processo de ensino-aprendizagem na área de Serviço Social como as chamadas “metodologias ativas”, são exemplos dos processos de ensino voltados para o desenvolvimento de competências e habilidades determinadas pelos organismos internacionais, do qual o Processo de Bolonha é nítida expressão. Essa questão, como tendência para a política de formação superior deve ser cuidadosamente analisada para evitar perspectivas moralizadoras. Isto é, o mencionado desconhecimento, por parte dos estudantes, no que se refere as dimensões da profissão responde a essa lógica de formação e não pode se reduzir ao âmbito das escolhas individuais.

Destaca-se, através dos relatórios, que há assistentes sociais que compreendem equivocadamente, ou de maneira limitada, que formação importante é aquela voltada para capacitação em políticas sociais. Mais uma vez, não se trata de responsabilizar individualmente os sujeitos. Trata-se de uma lógica de formação profissional funcional e

¹² Para um aprofundamento desse debate Cf. Netto (1992).

coerente com as demandas do mercado, que define e forma assistentes sociais para exclusivamente atender ao que é necessário ao mercado. A tendência à responsabilização individual pode se reproduzir, também, quando se faz referência ao novo perfil dos estudantes. Nos debates afirmou-se que estaríamos presenciando um perfil de estudantes mais pragmáticos, que vindo no diploma superior a chance de se inserir no mercado de trabalho, encontram nos cursos em EaD, especialmente devido aos custos das mensalidades, as “condições” para a realização de seus estudos. Diante dessas colocações, que correspondem com a realidade vivenciada por um importante segmento de discentes de Serviço Social, reforçamos a necessidade de sua interpretação como expressões na vida singular desses sujeitos de uma política de exclusão da maioria da população do acesso à possibilidade de uma educação superior de qualidade.

Uma questão que deve ser destacada, pois comparece expressivamente nos debates e se repete desde as edições anteriores do projeto ABEPSS ITINERANTE, é uma demanda a respeito da necessidade de que a formação profissional articule melhor a relação teoria/prática. Essa demanda recorrente nos remete aos fundamentos da profissão, à lógica das Diretrizes Curriculares em sua proposta inovadora de formação profissional. Essa expressão fenomênica, qual seja, a constante reclamação pela relação teoria/prática nos alerta para a necessidade de continuarmos aprofundando esse debate e sinaliza que a escolha do tema para a quarta edição do projeto ABEPSS ITINERANTE foi bastante acertada.

Outra questão que merece destaque é a referência nos debates à dificuldade de “atrair” assistentes sociais para serem supervisores de campo. Duas questões devem ser cuidadosamente pensadas. Em primeiro lugar, a referência parece ser sempre às dificuldades da supervisão de campo e pouco ou nada se problematiza acerca da supervisão acadêmica que transita por desafios similares. Em segundo lugar, os debates apontam questões que responsabilizam os estudantes por essa dificuldade. Afirma-se nos relatórios que os alunos chegam com deficiências de fundamentação teórica, “*à espera de dicas de como fazer, passivos e pouco propositivos o que desmotiva os profissionais a oferecerem vagas*”, “*não veem nos estagiários parceiros, mas alguém que precisa de condução, que exige tempo e dedicação, acarretando mais trabalho*”. Relatos dessas características expõem a necessidade de aprofundar o debate a respeito da natureza do componente curricular estágio supervisionado. Trata-se de um momento da formação profissional e, por isso, requer da supervisão de campo e acadêmica. Entretanto, afirmações como as citadas parecem requisitar do estagiário um posicionamento/comportamento que não lhe compete, isto é, parece que se espera do estagiário o comportamento de mais um funcionário que venha a descomprimir os serviços assoberbados pela ausência de concursos públicos ou contratações. Foram relatadas as dificuldades que estagiários possuem para realizar uma leitura crítica da realidade social “*aliando teoria-prática e de proporem formas diferenciadas de intervenção*”, reiteramos, parece estar se desconhecendo o lugar pedagógico desse componente curricular, já que em alguns relatos essas “dificuldades” dos estagiários aparecem como justificadoras da negativa para a abertura de vagas de estágio supervisionado. Ao mesmo tempo, os estudantes encontram sérias dificuldades para permanecerem na universidade por conta do desmonte da política de assistência estudantil e são obrigados a privilegiar estágios remunerados, o que significa, muitas vezes, a secundarização da dimensão pedagógica desse componente curricular pela

necessidade de subsistência.

As condições de trabalho já abordadas nos parágrafos acima seriam, também, responsáveis pela redução de campos de estágio, segundo alguns relatos, em função do caráter temporário dos contratos.

Uma análise da realidade centrada na biografia individual dos sujeitos pode ser verificada nas reflexões durante as oficinas e destacadas nos relatórios, como explicitamos em parágrafos anteriores. Destacou-se o fato de que as novas gerações de estudantes estão cada vez mais passivas e preocupadas com a certificação da sua participação em eventos, pouco participativos em sala de aula, e indo para os estágios sem o conhecimento de seus direitos, de sua condição de estagiário, atribuições e competências. Sem uma leitura que permita apreender essas biografias individuais como expressões singulares de determinações universais retrocederemos a análises culpabilizadoras e moralizadoras, apesar de que as mesmas oficinas chamaram a atenção para a preocupação a respeito de uma tendência a psicologização da questão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sistematização dos debates desenvolvidos por todo o país na execução da quarta edição do projeto ABEPSS ITINERANTE apontam desafios em várias dimensões. Em primeiro lugar, enfatizamos a necessidade de dar continuidade ao projeto visto a demanda pelo aprofundamento do estudo a respeito da lógica das diretrizes curriculares de 1996 e dos desafios para a sua implementação e consolidação, o que constitui, inclusive o objetivo precípua do projeto. Esta necessidade se reafirma quando identificamos nos debates referências a dificuldade para a efetivação do caráter teórico/prático da formação em Serviço Social, dificuldade em ensinar os fundamentos, o debate da ética e da ética profissional, a fragmentação entre disciplinas teóricas e práticas¹³ e a necessidade de compreensão histórica da profissão. Nesse mesmo sentido, observa-se o destaque para a necessidade de reflexão acerca dos instrumentos de trabalho do assistente social, do Estágio Supervisionado (intensificando o debate sobre a supervisão acadêmica), sobre questão social e formação da sociedade brasileira, gênero, feminismo, diversidade sexual e questão racial como componentes curriculares obrigatórios. Afirmou-se a necessidade de reflexão acerca da formação docente/aspectos pedagógicos em Serviço Social no âmbito da pós-graduação surgindo, inclusive, uma proposta de criação de unidades curriculares obrigatórias na pós-graduação para a formação docente na perspectiva de retomada dos fundamentos da profissão.

Esses desafios demandam a construção de respostas coletivas fortalecendo as entidades representativas da profissão. Dentre as principais propostas observamos o fortalecimento ou criação das ações de extensão nas faculdades privadas, lembrando do projeto em curso quanto a curricularização da extensão com profundo impacto nas estruturas curriculares, impondo desafios a lógica das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social. Enfatizou-se a necessidade de aumento da oferta de especializações e/ou outros cursos de pós-graduação *lato sensu*, considerando que os

¹³ Cabe destacar que essa afirmação já supõe um equívoco, pois a divisão entre disciplinas teóricas e práticas é estranha à lógica das diretrizes curriculares.

concursos públicos já exigem pós-graduação e nem sempre a pós-graduação *stricto sensu* atende as necessidades dos profissionais. Outro aspecto importante diz respeito à proposta de construção de espaços coletivos, ou fortalecimento dos já existentes. É o caso de espaços de socialização de experiências exitosas tanto no âmbito do estágio supervisionado quanto do exercício profissional, sobretudo aquelas que ressignificam as requisições institucionais. Propôs-se a criação/fortalecimento de fóruns de supervisão de estágio em Serviço Social, como também a criação de seminários ou fóruns de coordenadores de curso de Serviço Social. Destacou-se da importância da inserção de assistentes sociais em movimentos sociais e outras instâncias organizativas de enfrentamento aos retrocessos sociais. Uma preocupação recorrente em todas as oficinas, segundo a sistematização dos debates, refere à apreensão do exercício da docência em Serviço Social como atribuição privativa de assistentes sociais e, por isso, a necessidade de construção de estratégias para a ampliação da participação desse segmento em espaços como o projeto ABEPSS ITINERANTE.

A análise dos seis relatórios regionais, cujas principais tendências aqui apresentamos, confirma que o debate sobre os fundamentos do Serviço Social com ênfase nas atribuições e competências profissionais foi acertado, mas, evidentemente, não esgotado. Nesse sentido, a continuidade do projeto como estratégia político-pedagógica de defesa do projeto de profissão construído no Brasil nos últimos 40 anos é fundamental.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, n. 14. jul./dez. 2007. Tema: Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social: sobre o processo de implementação.

ABEPSS. **Lei de diretrizes curriculares de 1996**. Rio de Janeiro, 1996.

ABREU, M. H. E. Experiência da “Abepss Itinerante”: A Atualidade do Projeto de Formação Profissional Frente À Contrarreforma Da Educação. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 13, n. 25, jan./jul.2013.

ABREU, Mariana Maciel. Apresentação da Revista Temporalis. Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social: sobre o processo de implementação. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, n. 14. Ano VII, jul./dez. 2007.

ALMEIDA, N. L. T. et al. Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate. **Cadernos Abess**, São Paulo, n.7, p. 15-57, 1997.

ANDES-SN. **Projeto do Capital para a Educação**: análise e ações para a luta. Volume 2. Brasília (DF), 2019. Disponível em: <https://www.andes.org.br/sites/publicacoes> . Acesso em: 22 mar. 2020.

BARROCO, Maria Lucia; TERRA, Sylvia Helena; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Orgs). **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 15, de 13 de março de 2002**.

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Brasília (DF), 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES152002.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020.

GUERRA, Y. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 104, 2010.

GUERRA, Y. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Y. et al. (Orgs.). **Serviço Social e seus Fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018. p.25-46.

GUERRA, Y. et al. Atribuições, competências, demandas e requisições: o trabalho do assistente social em debate. Mesa temática coordenada: Fundamentos do trabalho do/a assistente social no contexto de reconfiguração das políticas sociais no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 15., 2016, Ribeirão Preto -SP. **Anais [...]**. Ribeirão Preto: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2016.

IAMAMOTO, M. V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) assistente social na atualidade. In: CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. 1. ed. ampl. Brasília (DF): CFESS, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios Críticos. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1982.

LUKÁCS, G. **Para uma crítica marxista da sociologia: a decadência ideológica e as condições gerais da pesquisa científica**. São Paulo: Ática, 1992. (Coleção grandes cientistas).

NETTO, José. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

SILVA-TOMAZ, C. O trabalho do assistente social na saúde mental: a experiência dos CAPS III / CERSAMs Minas Gerais (Brasil). **Trabajo Social Global – Global Social Work**, v. 9, n. 17, p. 41-64, 2019. doi:10.30827/tsg-gsw.v9i17.9181. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7168698>. Acesso em: 15 mar. 2020.

TEIXEIRA, Rodrigo; AQUINO, Isaura; GURGEL, Telma. Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternativas. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 16, n. 31, jan./jun. 2016.

Gustavo Javier Repetti

Assistente Social formado pela Facultad de Trabajo Social de la Universidad Nacional de La Plata, Argentina (2001). Mestre (2008) e Doutor (2013) em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é professor adjunto IV do Departamento de Fundamentos do Serviço Social, ESS/UFRJ. Membro pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade (NEFSSC).

Virginia Alves Carrara

Graduada em Serviço Social pela UFJF. Especialização e mestrado em Ciência da Religião pela UFOP. Doutorado em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social pela PUC/RJ. Pós-doutoramento no Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, Portugal. Professora Associada II da Universidade Federal de Ouro Preto. Coordenadora do Núcleo de Extensão e Estudos em Formação e Trabalho em Serviço Social - NEESFT. Participou da Diretoria Nacional da ABEPSS, Gestão 2017/2018 Quem é de Luta, Resiste, como Coordenadora de Relações Internacional. Foi representante do Cone Sur (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Brasil) do Consejo Fiscalía da Alaeits, Gestão 2016/2018. Participa da Comissão de Coordenação da Rede Iberoamericana de Investigación em Serviço Social/Red Iberoamericana de Investigación en Trabajo Social.
